

## AS (IN)VISIBILIDADES DOS TRADUTORES: SOMBRA, VESTÍGIO E IMAGEM<sup>1</sup>

Adauto Lúcio Caetano VILLELA

**RESUMO** *A referência ao tema escolhido entre os existentes na Teoria da Tradução – o conceito que trata basicamente do não-reconhecimento da autoria do tradutor no texto traduzido – está na primeira parte do título: As (in)visibilidades dos tradutores. Há remissão direta ao livro de Lawrence Venuti, The Translator’s Invisibility, cujo conceito chave será questionado em sua fundamentação, pois, enquanto Venuti apresenta a invisibilidade como a descrição da situação geral vivida pelos tradutores, correlacionando a ilusão de transparência com a fluência do discurso, procuramos, por um lado, relativizar a abrangência da não-figuração e, por outro, situar a solução para a invisibilidade fora do texto traduzido e do ideal de fluência. Na segunda parte do título, Sombra, vestígio e imagem, enigmáticamente escolástica, há referência aos três pontos centrais de argumentação da dissertação: 1) a descrição e o questionamento da situação sombria na qual se encontram os tradutores, de acordo com proposições teóricas coletadas em fontes diversas; 2) a avaliação dos vestígios (paratextos) que possibilitam que uma tradução não seja tomada como sendo o próprio texto original; e 3) a apresentação do conceito de “imagem” do tradutor, item que não desconsidera a “comutabilidade” daquele e que, efetivamente, garante sua visibilidade.*

**RÉSUMÉ** *La référence au thème choisi parmi les thèmes traités par la Traductologie – le concept de la non-reconnaissance de la part d’auteur du traducteur dans le texte traduit – est donnée dans la première partie du titre: Les (in)visibilités des traducteurs. Nous nous rapportons directement au livre de Lawrence Venuti (1995), The Translator’s Invisibility, dont le concept clé est questionné dans ses fondements, car, si Venuti montre l’invisibilité comme la description de la situation générale vécue par les traducteurs, en faisant la*

---

<sup>1</sup> Texto resultante da dissertação de mestrado homônima apresentada ao Curso de Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, em 5 de julho de 2001, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Ottoni.

*corrélacion entre illusion de transparence et fluidité du discours, nous cherchons, d'un côté, à relativiser l'étendue de la non-figuration et, de l'autre, à situer la solution pour l'invisibilité en dehors du texte traduit et l'idéal de fluidité. Dans la seconde partie du titre, Ombre, vestige et image, énigmatiquement scolastique, nous faisons référence aux trois points centraux de l'argumentation de la dissertation : 1) la description et le questionnement de la situation sombre dans laquelle se trouvent les traducteurs et traductrices, selon des propositions théoriques récoltées dans des sources diverses ; 2) l'évaluation des vestiges (paratextes) qui permettent qu'une traduction ne soit pas prise comme texte original même ; et 3) la présentation du concept d'« image » du traducteur, laquelle ne déconsidère pas la « commutabilité » de celui-là et qui, effectivement, lui assure sa visibilité.*

## CAPÍTULO PRIMEIRO

A primeira seção desse capítulo, que leva o título de *Preconceito Geral e Silêncio da Crítica*, inicia-se com uma epígrafe, tomada a George Steiner (1975: 271): “...apenas recentemente o tradutor – como Constance Garnett, C.K. Scott Moncrieff e Arthur Waley – começou a emergir de uma posição obscura de servidão indistinta. E mesmo aqui, sua visibilidade é freqüentemente aquela de um alvo”. Tal trecho sintetiza muito do que será encontrado nesse capítulo: a situação de baixa luminosidade que envolve o tradutor, a idéia de que “recentemente” tal situação vem melhorando, o fato de que muitas vezes o tradutor é enfocado para ser atacado, a presença palavra “visibilidade”. A tensão entre a descrição favorável e a descrição desfavorável da situação do tradutor, também identificável aí, perpassará todo o texto. Outro ponto levantado nessa epígrafe: os nomes que aparecem, para nós brasileiros e em nossa época, são totalmente desconhecidos, o que indica uma limitação geográfica e temporal para a reputação do tradutor. Mas, independente de a reputação do tradutor cruzar ou não fronteiras cronotópicas, sabemos que, em comparação aos nomes dos autores estrangeiros, poucos são os nomes de tradutores conhecidos ou lembrados. Quem traduziu os últimos livros estrangeiros que você, leitor, leu? Quem traduziu as matérias de agências internacionais publicadas no seu jornal predileto, ou o manual do software que você utiliza, ou as legendas do último filme a que você assistiu? Ou ainda, quem traduziu a epígrafe supracitada? A resposta para esta última pergunta pode ser encontrada na primeira nota de rodapé da dissertação, a qual diz “*Esta e demais traduções, exceto as indicadas nas referências bibliográficas, são de minha autoria*” (Villela 2001: 12). Não seria contraditório o autor de uma dissertação que trata do reconhecimento da autoria do tradutor relegar a uma fórmula genérica em nota de rodapé a autoria dessa e de outras traduções que ele próprio realizou? Não seria contraditório relegar às “referências bibliográficas” a autoria de todas as traduções que ele próprio não realizou, mas que também compõem seu texto? Parece que sim, mas quando o

assunto é a visibilidade do tradutor, contradições são freqüentes, e essas mesmas perguntas poderiam ser colocadas a Venuti e a qualquer teórico que tenha tratado do assunto, nos quais, inclusive, podemos encontrar a mesma fórmula genérica de rodapés acadêmicos. Por outro lado, já que o interesse na afirmação de Steiner está naquilo que ela afirma, o que importa quem a traduziu?

O texto dessa seção inicia indicando uma aparente concordância entre tradutores e teóricos quanto ao fato de ser a tradução encarada como secundária, em relação ao original. José Paulo Paes (1990) fala da *objeção prejudicial* como a forma mais extremada de oposição preconcebida, “*um tipo de postura em face à tradução que a tem por teoricamente impossível*” (Paes 1990: 111). Para esse autor, embora não seja fácil “*encontrar partidários ortodoxos da tese da impossibilidade da tradução, proliferam os que se comprazem em lamentar a precariedade dos resultados por ela comumente atingidos*” (Paes 1990: 111-2). Também Rosemary Arrojo (1992) admite a presença da questão da impossibilidade teórica na literatura da tradução. De acordo com a autora: “*A outra face – mais visível e mais conhecida – dessa questão é o preconceito generalizado com que se considera qualquer tradução, olhada de soslaio até mesmo pelos profissionais da área. A tradição tem sido, portanto, inclemente em relação à atividade do tradutor, atribuindo-lhe, freqüentemente, um caráter de precariedade, de remendo, de ‘mal necessário’, em oposição a um ‘original’ sempre pleno e completo em si mesmo*” (Arrojo 1992: 72).

Apesar das exceções, como Ezra Pound e os irmãos Augusto e Haroldo de Campos, quem se dedica a traduzir costuma passar sem ser notado. A maioria dos leitores lê e a maioria dos críticos comenta traduções sem voltar os olhos para o tradutor, sem avaliar seu trabalho e sem lembrar do seu nome, efetivando a sua invisibilidade ou transparência. André Lefevere (1996) hipotetiza a lógica que governa tal fato: “*Se as criaturas que traduzem não são importantes, então o mínimo que podem fazer é tornarem-se mais discretas o possível. Se tiverem sucesso em conseguir isso, serão recompensadas, tendo sua transparência real certificada por escrito, ao menos naquelas poucas vezes em que elas, ou antes seus trabalhos, são resenhados*” (Lefevere 1996: 47).

A seção seguinte, chamada *Metáforas Visuais: como o Tradutor (Não) é Visto*, concentra-se em referências que correlacionam a percepção do tradutor e o sentido da visão, ainda com o fito de preparar as bases conceituais para a avaliação e o questionamento de algumas posições de Venuti. Paes (1990) menciona uma certa *teoria da tradução como transparência*. De acordo com nosso saudoso teórico, poeta e tradutor, “*essa famigerada teoria teve possivelmente em John Lehman (sic) o seu melhor – ou pior, tanto faz – porta-voz. Sustentava ele que ‘falar em tradução era como conversar sobre o vidro de um quadro, quando o que devia monopolizar a nossa atenção era evidentemente a pintura’*” (Paes 1990: 110). Tal teoria justificaria o fato de que público em geral e intermediários culturais, como editores e resenhistas, menosprezem tradução e tradutor.

Tal comparação imputada a Lehmann, ao mesmo tempo em que trata a tradução como inferior ao original, indica uma negação da utilidade de uma análise da tradução. Nega que valha a pena discutir o assunto, que seja válido ou útil “falar sobre” a tradução, pois esta deve ser transparente e sem interesse por si. Como tudo leva a crer, a proposta de Lehmann (traduzida por quem?) é amplamente aceita: fala-se sobre o texto do escritor ou sobre o próprio escritor, sua época, suas influências. E, assim, perpetua-se a permanência do esforço tradutório “na sombra”.

Retomando a asserção de Steiner, com a qual Paes (1990: 111) concorda em número e grau, afirma-se que muitas das raras vezes em que o resenhista de uma obra estrangeira editada no Brasil *atenta* para a tradução, ele o faz, de fato, para apontar falhas. Caso a tradução esteja correta e, portanto, sem percalços que distraiam a atenção, ela passará despercebida em sua transparência; do contrário, tornar-se-á alvo de críticas negativas, com as “falhas” sendo apontadas. Tem-se em vista, nesse caso, o padrão de correção fornecido por dicionários e gramáticas, porém, resenhistas também apontam freqüentemente equívocos de conhecimento, por assim dizer, enciclopédico.

O restante dessa segunda seção é dedicado à reprodução e avaliação de trechos das seis resenhas de livros traduzidos (Villela 2001: 21-26). Comprova-se que nem todas elas aludem ao fato *tradução*. Como de costume, focalizam a obra e o autor originais e, quando muito, o contexto de produção ou de recepção das obras. O espaço garantido para o nome do tradutor fica restrito à ficha técnica. Comprova-se também que, em geral, é a presença de “falhas” aquilo que gera algum comentário mais específico.

Chegamos à terceira seção do capítulo, intitulada *A Invisibilidade Segundo Lawrence Venuti*. É exposto que, de acordo com Venuti, a invisibilidade correlaciona a *transparência* do texto traduzido com a *fluência* do discurso tradutório: “*quanto mais fluente for a tradução, mais invisível fica o tradutor e, presumivelmente, mais visível fica o autor ou o significado do texto estrangeiro*” (Venuti 1995: 1-2). Resumidamente, eis sua tese: a *ilusão de transparência* é um efeito do *discurso fluente*, sendo esse efeito resultante da manipulação da língua pelo tradutor. A invisibilidade do tradutor refere-se a esses dois fenômenos, *fluência* e *transparência*, que se determinam mutuamente (Venuti 1995: 1).

A manipulação lingüística que garante a *fluência*, chamada pelo autor de *domesticação*, é então caracterizada pelo uso do inglês corrente, de preferência ao inglês arcaico ou coloquial, evitando-se palavras estrangeiras e jargões especializados; pela manutenção da continuidade sintática e pela fixação precisa de sentidos. O tradutor deixa o texto fluente quando o livro de palavras pouco usuais, inversões sintáticas e ambigüidades, garantindo, assim, o *acesso direto* aos pensamentos e sentimentos presentes no original (Venuti 1995: 6). Ao se esforçar para dar fluência ao texto, o tradutor torna a tradução *transparente*, ficando, assim, invisível. Partindo desse quadro, o autor aponta a invisibilidade do tradutor como uma *estranha auto-aniquilação* (Venuti 1995: 8).

Para exemplificar o que o teórico norte-americano entende por “estranha auto-aniquilação”, citamos a epígrafe do primeiro capítulo de seu livro. Trata-se de um trecho de uma entrevista com o tradutor norte-americano Norman Shapiro. Com a palavra, Shapiro, que, no contexto da dissertação de mestrado em foco, retoma o que disseram Steiner, Paes e Lehmann: “*Eu vejo a tradução como uma tentativa de produzir um texto tão transparente que não pareça traduzido. Uma boa tradução é como um painel de vidro. Você apenas percebe que está lá quando há pequenas imperfeições – arranhões, bolhas. Idealmente, não deveriam existir. Nunca deveria chamar atenção para si mesma*” (apud Venuti 1995: 1). Como o leitor, ao ler um texto traduzido que *flui* tão bem quanto os escritos por autores de sua nação (em sua língua mãe), não percebe, segundo Venuti, os traços que caracterizam a qualidade de estrangeiro da obra, têm-se a ilusão de que o texto traz o sentido do autor, o próprio autor. Por isso, a declaração de Shapiro soa como um *mea culpa* após as considerações de seu citador.

Mas, certamente, o tradutor não é o único culpado. Para Venuti, existe uma concepção de autoria que ainda prevalece na cultura norte-americana, aquela segundo a qual “*o autor livremente expressa seus pensamentos e sentimentos na escrita, que é assim vista como uma auto-representação original e transparente*” (Venuti 1995: 6). São arroladas duas implicações desvantajosas para o tradutor, derivadas dessa concepção: “*De um lado, a tradução é definida como representação de segunda ordem: apenas o texto estrangeiro pode ser original, uma cópia autêntica, fiel à personalidade e à intenção do autor, enquanto a tradução é derivativa, falsificada, potencialmente uma cópia falsa. Por outro lado, exige-se da tradução que ela apague esse status de segunda-ordem com um discurso transparente, produzindo a ilusão de presença autoral pela qual o texto traduzido pode ser tomado como original*” (idem, destaques meus).

O que o vai ser proposto como reverter esse quadro é o que Venuti chama de *tradução resistente*. É sugerida como estratégia tradutória, a fim de evitar a transparência discursiva, a não sujeição ao ideal de fluência, ou seja, a *não domesticação* da linguagem do original, a *não adesão* ao uso corrente e fácil da língua vernácula, enfim, a *estrangeirização* da tradução. Isso está bastante sintetizado em um trecho da primeira versão de *The Translator’s invisibility*, de 1986: “*A tradução deve ser vista como um tertium datum que ‘soe estrangeiro’ ao leitor e que apresente uma opacidade que o impeça de parecer uma janela transparente aberta para o autor ou para o texto original: é essa opacidade – um uso da linguagem que resiste à leitura fácil de acordo com os padrões contemporâneos – que tornará visível a intervenção do tradutor, seu confronto com a natureza alienígena de um texto estrangeiro*” (apud Arrojo 1993: 87).

Se levarmos em consideração que boa parte da pouca crítica de obra traduzida que existe aponta falhas, talvez Venuti tenha descoberto um princípio correto, formulado bem no início do seu livro: *a tradução, como um painel de vidro, é percebida quando possui imperfeições* (Shapiro, apud Venuti, 1995: 1). Apesar de

negar o ponto de vista de Shapiro, de considerá-lo paradigmático da “estranha auto-aniquilação”; apesar de considerá-lo como ponto central a ser atacado em seu livro (expondo-lhe na *epígrafe*), Venuti paradoxalmente propõe traduções “imperfeitas”, reafirmando, assim, o truísmo enunciado por esse tradutor. Ou seja, a tradução é um painel de vidro, mas o tradutor pode fazer desse vidro um material menos transparente ao rejeitar a fluência que causa aquela ilusão.

O que Venuti parece não querer perceber é que tal ilusão, simplesmente, é necessária<sup>2</sup> e mesmo essencial para que qualquer tradução seja aceita como tradução. Ele próprio se vale dessa ilusão quando, por exemplo, cita autores franceses em inglês. E afinal, se a proposta de resistência visa a interferir nessa ilusão para aumentar a visibilidade e se a visibilidade desejável é a positiva, que traga boa reputação, ao chamar a atenção para o tradutor pela estratégia de tornar a leitura mais difícil, a resistência, contraditoriamente, corre grande risco de ser rejeitada não apenas por resenhistas e leitores, mas também por editores. Caso uma tradução resistente seja recusada por um editor, ela não chegará nem ao público leitor nem às resenhas, atingindo um resultado diametralmente oposto ao desejado. O que parece de fato acontecer, pois as traduções resistentes citadas por Venuti fracassaram editorialmente, inclusive as suas próprias (cf., p.ex., Venuti 1995: 300, 301, 323).

Com uma estratégia de “estrangeirização”, o tradutor poderá estar apresentando um texto desajeitado ou “errado”. Albrecht Neubert e Gregory Shreve chamaram a atenção para que as considerações que justificam uma tradução resistente são antes ideológicas ou sociológicas que textuais, não sendo de maneira alguma pragmáticas. Para esses autores, a utilização da técnica da resistência, “*requer uma situação de tradução que coloca preocupações sociais [...] e consciência do outro (opacidade do texto) acima de outras preocupações (legibilidade, aceitabilidade, informatividade)*. O grande problema com as traduções resistentes é que, por negar a fluência e, por extensão, a textualidade da língua-alvo, o tradutor resistente corre o risco de produzir não-textos que podem parecer muito com más traduções” (Neubert e Shreve 1992: 6)

Se chegamos à conclusão que a “ilusão de transparência” vale a pena ser mantida, pois a estratégia contrária leva a resultados menos desejáveis que a “invisibilidade”, parece-nos conveniente reconsiderar a existência de um “preconceito generalizado” como justificativa de todo e qualquer silêncio quanto ao tradutor. Isso é feito nas duas seções seguintes: *Reconsideração do Silêncio que Mostra o Tradutor Invisível* e *Críticas e Resenhas: Literárias ou de Tradução?*

Revertendo o cenário e localizando preconceitos não nos resenhistas mas naqueles que imputam preconceitos aos resenhistas, vislumbramos, na justificação

---

<sup>2</sup> Para entender como a ilusão de transparência e coincidência entre original e tradução é necessária, remetemos enfaticamente à leitura do texto de Theo Hermans (1996) ou à leitura de minha análise desse texto (Villela 2001: 62-65).

do silêncio destes quanto à tradução, uma tematização da ausência para que a presença seja afirmada, bem como a tendência, apontada por Anthony Pym<sup>3</sup> (1995: 11-18), de determinados teóricos pós-estruturalistas, principalmente os simpatizantes da *Desconstrução*, de inferiorizar o tradutor e a tradução. Venuti (1998) reconhece que suas considerações poderiam ser entendidas como uma espécie de “vitimologia”, ou, mais precisamente, que a descrição de qualquer das “margens” às quais a tradução é atualmente confinada (pesquisa, comentário e debate) “*corre o risco de parecer uma mera litania do abuso, a premissa de uma vitimologia incrível da tradução e das vítimas que ficam em seu rastro*” (Venuti 1998: 1). De fato, é possível afirmar que ele, ao identificar e difundir preconceitos (atitude mimetizada por alguns teóricos brasileiros), promovia a vitimização do tradutor. Pym (1995) sugere que a estratégia de Venuti seja a de traçar um panorama altamente negativo, colocando o tradutor na posição de vítima e de explorado, para surgir ele próprio heroicamente com propostas de traduções resistentes e alterações nas leis de direitos autorais.

Retomemos a questão da “estranha auto-aniquilação”. A que tudo indica, Venuti considera a fluência como causa direta da invisibilidade e imputa ao tradutor que se submete a esse ideal a qualidade de vítima de uma ideologia e de algoz de si próprio. Mas, se o tradutor desejar, ele poderá assumir outra postura. Na verdade, não há muita novidade na proposta de resistência. Desde Dryden, passando por Goethe e Schleiermacher, reconhece-se ao tradutor a possibilidade de assumir posturas alternativas entre a *naturalização* e a *estrangeirização* do texto traduzido, entre um grau menor ou maior de “presença” do tradutor no texto traduzido. Paes nos traz o ponto de vista de Mário de Andrade sobre esse assunto. De acordo com ele, em um artigo escrito na década de 1940 sobre “Tradutores-poetas”, resgatado na antologia *Território da tradução* (org. Iumma Maria Simon, 1984), “*Mário destaca a excelência das versões poéticas de Guilherme de Almeida e Onestaldo Pennafort. Comparando-os entre si – e esse tipo de comparação é particularmente fecundo no domínio da crítica de tradução, - verifica que Guilherme impõe a sua presença no que traduz, ao passo que Onestaldo ‘consegue se ausentar mais da sua tradução’. Embora ache as duas posturas ‘igualmente defensáveis’, o articulista se inclina implicitamente para a segunda ao louvar também em Manuel Bandeira ‘o poder de desistência de si mesmo’ enquanto tradutor*” (Paes 1990: 116).

Norman Shapiro, ainda uma vez contestado por Venuti, declara que “*certamente, meu ego e minha personalidade estão envolvidos na tradução*”, contudo, e talvez nessa época a noção de fidelidade ainda não fosse tão execrável, “*eu tenho que tentar me manter fiel ao texto básico de modo que minha própria personalidade não apareça*” (apud Venuti 1995: 7-8). Acreditamos ser a preocupação central dos tradutores “que se ausentam” a legibilidade e a

---

<sup>3</sup> Os textos desse teórico australiano podem ser encontrados em [www.fut.es/~apym/on-line/on-line.html](http://www.fut.es/~apym/on-line/on-line.html).

aceitabilidade da obra pelo público. Assim sendo, parece haver alguma coisa fora de foco na reclamação quanto ao “silêncio do crítico”, e tal coisa passa por uma confusão entre diferentes tipos de crítica que se relacionam com a tradução.

Neubert e Shreve (1992) distinguem entre a *Crítica literária de texto traduzido* e a *Crítica da tradução*, esta predominantemente comparativa. Segundo os autores, “A primeira enfoca as qualidades literárias ou textuais da obra, do modo como existe em tradução. A crítica da tradução, por outro lado, avalia o texto como sendo uma tradução” (Neubert e Shreve 1992: 17).

Quando um resenhista, ou qualquer leitor, dispõe apenas do texto traduzido, como falar sobre a tradução? Em todo caso, apenas traduzindo “corretamente” o crítico pode explicitar um “erro” de tradução, ou seja, é preciso, no mínimo, conhecer a língua do texto de partida e possuir deste um exemplar disponível, pois a verdadeira crítica da tradução é, por definição, eminentemente comparativa. Um crítico que não consiga acessar o original – ou por não ter um exemplar dele ou por não saber a língua do original – pode fazer uma ótima resenha literária, mas será incapaz de realizar uma crítica da tradução.

A crítica literária de texto traduzido, por proceder como a crítica praticada em textos não traduzidos, pode desconsiderar o tradutor e, em geral, desconsidera. Isso porque, segundo Neubert e Shreve, nesse caso “não há interesse inerente em compreender como a tradução foi realizada ou em compreender como o tradutor utilizou determinados procedimentos tradutórios. O crítico se orienta para o resultado da tradução, não para seus processos. [...] O objeto primário é o texto alvo” (Neubert e Shreve 1992: 16).

## CAPÍTULO SEGUNDO

Como vimos, para Venuti, a invisibilidade se caracteriza pelo duplo movimento de atribuição de *status* secundário à tradução, o qual, em seguida, é apagado pela ilusão de presença do autor original. De fato, existe a ilusão de presença autoral que apaga o tradutor durante a leitura, o que é necessário para uma tradução ser aceita como tal. Mas isso não pode levar à aceitação de que “uma tradução seja tomada como original”. Entendemos que, para ser de fato tomada como original, uma tradução não possa fornecer indícios de que o seja. Do contrário, será tomada como tradução, como texto derivado de outro texto escrito em outra língua, do qual pode ser considerada “equivalente”, cujas autorias são convencionalmente aceitas como a mesma, mesmo que se reconheça que também o trabalho do tradutor é autoral, na medida em que resulta de sua interpretação particular. Apenas por uma falta de atenção a esses vestígios, ou por um equívoco qualquer, ela será tomada como sendo *o original*.

Por exemplo, em meu primeiro semestre como aluno de mestrado em Teoria da Tradução na Unicamp, recebi um texto intitulado “(Anexo C) A Tarefa do

*Tradutor*”, de autoria de Susana Kampff Lages, e realizei a resenha intitulada “A tarefa hercúlea de se tentar entender o que Susana Lages entende ser A Tarefa do Tradutor e como, ao fim e ao cabo, não se entende coisa alguma”. Na verdade, o texto era o famoso ensaio do filósofo alemão Walter Benjamin (confesso que na época, 1998, eu não sabia da existência de nenhum deles, nem do ensaio, nem do filósofo, e, para completar, eu faltara à aula em que a resenha fora proposta por Paulo Ottoni). O texto em questão era uma tradução realizada por Lages e apresentada como anexo de sua tese de doutorado, em 1996, mas como o nome de Benjamin não aparecia junto do título, eu equivocadamente entendi que se tratava de um trabalho contemporâneo, de autoria dessa brasileira. Isso levou a absurdos interpretativos, a uma falta de paciência, de minha parte, com o hermetismo e o anacronismo que notei no texto, mas serviu para perceber a importância dos paratextos indiciais de tradução, pois, apenas na falta deles, uma tradução pode ser tomada como original.

Nessa primeira seção do segundo capítulo, chamada *A Tradução Tomada como Tal*, damos o nome de paratextos indiciais<sup>4</sup> aos elementos textuais que apontam para o “fato” tradução, elementos que não ocupam o corpo do texto e, com exceção da assinatura do autor, são acrescentados apenas junto ao texto traduzido, não sendo encontráveis no original. São eles: 1) nome do autor *estrangeiro*; 2) as fórmulas “Título original”, “Tradução de (nome do tradutor)” ou “A partir de (língua estrangeira)”; 3) a presença da fórmula “N. do T.” ou “Nota do Tradutor”.

Os paratextos indiciais garantem o requisito mínimo para uma tradução ser identificada como tal. Havendo vestígio de que é tradução e, principalmente, havendo o nome do tradutor registrado onde quer que seja, há a possibilidade de se enxergá-lo e, caso seja desejado e factível (aqui me refiro aos mesmos requisitos necessários para se fazer *crítica da tradução*: bilingüismo e termo de comparação), falar sobre ele, avaliar o seu trabalho. O vidro invisível ilusoriamente, com ou sem falhas, estando presente, está disponível para ser comentado. Depende do leitor, da sua atenção e da motivação que lhe causa a tradução, ou melhor, o tradutor (cf., mais adiante, o conceito de *imagem* do tradutor). Uma tradução sem paratexto que indique sua condição é lida como qualquer outro texto escrito na língua do leitor, com a única diferença de se estar, nesse caso, equivocado quanto às autorias.

Na segunda seção desse capítulo, *Voz, Transparência e Ilusão*, postulamos o reconhecimento das seguintes posições autorais relacionadas a um texto traduzido, qualquer que seja a sua extensão: 1) *autoria imediata* do autor no texto originalmente escrito em língua estrangeira; 2) *autoria mediadora* do tradutor no texto traduzido para a língua nacional, derivado de sua leitura do original em língua

---

<sup>4</sup> Para uma avaliação mais detida do que podemos chamar *paratextos autorais*, remetemos a Hermans (1996) e Edoardo Crisafulli (1999), que levam em consideração os *prefácios* ou *introduções* assinadas pelo tradutor e o *conteúdo das notas do tradutor* como paratextos que representam a presença discursiva deste, sua voz reconhecida explicitamente como distinta da voz do autor original.

estrangeira; e 3) *autoria mediada* do autor do original no texto traduzido para o português pelo tradutor. Partindo dessa classificação, afirmamos que, ao contrário dos que apontam e combatem o *status* hierarquicamente secundário da tradução, há um apagamento necessário que sempre acontece para que a autoria mediada (no segundo texto) seja aceita como sendo a mesma da autoria imediata (no primeiro texto, levando-se em conta apenas um original e uma tradução).

Pelo trabalho do tradutor, do qual sempre é possível distinguir as marcas autorais, cronotópicas e idiossincráticas, estabelece-se a autoria mediada do autor estrangeiro. Isso independe da estratégia tradutória adotada. A visibilidade do tradutor deve partir do reconhecimento de sua autoria mediadora, sem a ilusão desconstrutora de que uma hierarquia possa ser subvertida, o que implica reconhecer que é justamente o seu recuo autoral que dá lugar à aceitação da autoria mediada do autor, na tradução, como sendo a mesma que a autoria imediata do autor, no original.

Também é afirmado nessa seção que a invisibilidade teria sido uma conquista, tanto dos tradutores quanto dos autores traduzidos. Para John Milton (1998: 17) a tradução não existia como a conhecemos hoje. Antes do séc. XVII, a prática comum era traduzir sem reconhecer a fonte. Traduzia-se como os romanos aludidos por Nietzsche, cujo espírito imperialista fazia da tradução uma usurpação, chegando-se a apagar o nome do autor original. Somente depois a tradução passa a ser identificada como tal, primeiro pela indicação de outra língua, como “*dall’inglese*”, citado por Venuti (1995: 165-6) e em seguida, pela indicação do autor. Isso coincide com a expansão da imprensa, que instituiu o direito de cópia para os impressores e, depois de 1710, para os autores.

Pode-se dizer que sempre existiu mais de uma opção a ser preferida pelo leitor ou adotada como estratégia tradutória pelo tradutor, dentro dos limites do que pode ser aceito como *tradução*, *paráfrase* ou *imitação*. A *paráfrase* era entendida como um tipo de tradução em que se expandia o texto traduzido com comentários explicativos. Depois esses comentários migraram para as notas de rodapé, com a consolidação da noção de tradução como entendemos hoje, a qual também não permite confusão com a *imitação* ou a *versão livre*. Estas são aceitas como obras derivadas autorais, inspiradas no texto original, mas sem qualquer compromisso de manutenção de integridade ou “fidelidade”. A invisibilidade foi, então, uma conquista ao mesmo tempo do tradutor que queria se firmar como tal (pois não queria ser confundido com parafraseador ou com imitador) e do autor, que passou a ter sua autoria reconhecida como plena, ainda que mediada, sempre que suas obras cruzavam fronteiras lingüísticas.

Não nos aprofundaremos na síntese das seções três e quatro do segundo capítulo, intitulados reciprocamente *Transparência*, *Ilusão* e *Citações* e *Invisibilidade Necessária: Um Estudo de Caso*. Desta, mencionaremos apenas que se trata de uma avaliação da tradução indireta de um poema do israelita Yehuda Amichai, realizada por Millôr Fernandes. Intentamos aí demonstrar a precariedade

de uma crítica *da* tradução sem um termo de comparação, a inevitabilidade da transparência e a presença de vozes diferentes, no poema traduzido e na apresentação que o precede. Da outra, lembraremos que nas citações de texto traduzido – nas quais Venuti localiza um dos sintomas da invisibilidade, pois “*resenhistas sempre deixam de mencionar que o livro é uma tradução (ao passo que retiram citações do texto como se este fora escrito em inglês)*” (Ronald Christ *apud* Venuti 1995: 8) – encontramos mais uma prova de que a invisibilidade do tradutor, pelo menos *no* texto traduzido, é necessária. Sugerimos aí que o leitor comprove tal postulação observando o texto do próprio Venuti (1995), que cita, em inglês, autores que escreveram em outras línguas, como Nietzsche, Derrida e Foucault. Por exemplo, encontramos na p. 39: “*In a genealogical analysis, writes Foucault, ‘what is found at ...’ [...] History informed by genealogy, Foucault suggests, ‘should become a differential ...’.*”

Passemos à última seção do segundo capítulo, *Comutabilidade, Imagem, Memória e Motivação*. Aí definimos a *comutabilidade* como o fato de o tradutor *sempre* poder ser outro e a *imagem* do tradutor como alguma informação que o *leitor* possua sobre aquele. Não é na leitura unicamente que o leitor percebe ou não o tradutor (ou tradutores, pois uma obra pode ser traduzida e retraduzida qualquer tanto de vezes em qualquer número de línguas sem perder seu vínculo com o autor original), mas o é também na atenção condicionada pela visibilidade do tradutor *antes da leitura*, pela visibilidade do tradutor enquanto determinante ou não daquela leitura. Assim, se minha motivação em procurar um livro for a imagem que tenho em minha memória, no caso um tradutor eminente ou um literato, vou ler aquele tradutor no texto, pois vou prestar atenção no seu trabalho. Por exemplo, se procuro um livro de Kafka especificamente traduzido por Modesto Carone, pois já ouvira ou lera alguma coisa sobre este, vou perceber o seu trabalho: já havia para mim uma imagem do tradutor. Mas, se tento encontrar uma obra de Kafka sem me importar com quem a tenha traduzido, não percebo o tradutor e não me lembro dele ou de seu nome durante ou após a leitura.

Em suma, paralelamente às razões que possibilitam uma crítica *da* tradução, uma visibilidade máxima do tradutor *para o leitor* pode ser representada pela situação particularíssima em que aquele é a motivação principal para a leitura. Se eu procuro uma tradução qualquer de Haroldo de Campos para ler, sem me importar com quem escreveu os textos de partida, o tradutor é completamente visível para mim. Durante a leitura, uma apreciação do trabalho do autor ou autores dos originais também acontecerá. Mas certamente estarei apreciando o trabalho do tradutor, que, afinal, foi a motivação para a leitura. Se eu for um crítico bilíngüe e os originais estiverem disponíveis, é muito provável que eu escreva uma legítima crítica da tradução.

## CONCLUSÃO

Quanto mais visível for o tradutor nos paratextos tradutórios, maiores suas chances de ser objeto de comentário, em metatextos como críticas, resenhas de tradução ou dissertações acadêmicas. Ou seja, quanto maior importância o tradutor der aos *vestígios* que apontam para a tradução, maior consciência ele terá de que possuindo uma *imagem* para o leitor ele sairá da *sombra* que aparentemente o cerca.

Mas nem só de traduções se constrói a reputação e a carreira do tradutor. Uma visibilidade plena do tradutor parece ser possível, ou melhor, parece ter sido até agora possível apenas em conjunto com uma visibilidade de autor original. Encontramos exemplos entre alguns dos tradutores mencionados nesta síntese de dissertação: Bandeira, os irmãos Campos, Dryden, Carone, Millôr, Paes e Pound.

A que tudo indica, o reconhecimento da capacidade autoral de um tradutor funciona como garantia de boa tradução, pois pressupõe competência redacional, domínio gramatical e vocabular, além de talento. Caso se queira uma estratégia consciente para a maior visibilidade do tradutor, é válido levar em consideração que este só tem a ganhar desenvolvendo também trabalhos próprios. Consagrar-se como autor é receber aprovação dos seus escritos, mostrando sua competência para escrever. Quem faz isso consegue também traduzir, consegue produzir um texto de qualidade, desde que consiga “manejar” a outra língua, pois tem internalizados alguns mecanismos de composição muito úteis para adequar da melhor forma possível o texto estrangeiro à língua de chegada.

Ter em sua biografia livros traduzidos e próprios é mais vantajoso para o tradutor que ter apenas traduções, pois isso endossa sua competência como escritor e *também* o coloca na posição de “autor que detém todos os direitos sobre a obra”. Quando o tradutor possui uma obra publicada, é a ele que se pede autorização para traduzir e, nesse caso, ele certamente vai querer que sua autoria seja destacada, não a do profissional estrangeiro.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROJO, Rosemary. (1992). “As Questões Teóricas da Tradução e a Desconstrução do Logocentrismo: algumas reflexões”, em *O Signo Desconstruído; implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. Campinas: Pontes Editores.
- . (1993). “A Tradução Passada a Limpo e a Visibilidade do tradutor”, “Sobre Interpretação e Ascetismo: reflexões em torno e a partir da transferência”, em *Tradução, Desconstrução e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda..
- CRISAFULLI, Edoardo. (1999). “The Translator as Textual Critic and the Potential of Transparent Discourse”, em *The Translator*, Volume 5, nº 1. Manchester: St Jerome Publishing, pp. 83-107.
- HERMANS, Theo. (1996). “The Translator’s Voice in Translated Narrative”, em *Target*. Amsterdam: John Benjamin B. B.

- LEFEVERE, André. (1996). "Who is doing what for/against whom and why?", em *Translation Perspectives IX*. Binghamton: Center of Research in Translation, State University of New York.
- MILTON, John. (1998). *Tradução – Teoria e prática*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes.
- NEUBERT, Albrecht e SHREVE, Gregory M. (1992). *Translation as Text*. Kent (Ohio) e Londres: The Kent State University Press.
- PAES, José Paulo. (1990). "Sobre a crítica de tradução", em *Tradução, A Ponte Necessária: aspectos e problemas da arte de traduzir*. São Paulo: Editora Ática.
- PYM, Anthony. (1995). "Doubts about Deconstruction as a General Theory of Translation", em *TradTerm* n 2. Revista do CITRAT - Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia. São Paulo: FFLCH - USP.
- \_\_\_\_\_. (1996). "Venuti's Visibility", em *Target*. Amsterdam: John Benjamin B. B.
- STEINER, Georges. (1975). "Understanding as translation", em *After Babel, Aspects of Language and Translation*. Londres e Nova Iorque: Oxford University Press.
- VENUTI, Lawrence. (1995). *The Translator's Invisibility, a History of Translation*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- \_\_\_\_\_. (1998). *The Scandals of Translation*. Routledge, Londres e Nova Iorque.
- VILLELA, Adauto. (2001). *As (in)visibilidades do tradutores: sombra, vestígio e imagem*. Dissertação de mestrado defendida no IEL, Unicamp. Campinas: mimeo.